

**DOSSIÊ:
HISTÓRIA & PERSPECTIVAS –
20 ANOS. DESAFIOS DA
HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA**

HISTORIOGRAFIA: O SENTIDO DA ESCRITA E A ESCRITA DO SENTIDO ¹

Estevão C. de Rezende Martins ²

RESUMO: A historiografia não é um mistério, mas lida com enigmas. O termo historiografia recobre um binômio conceitual significativo que tem a ver com a produção e a fixação do conhecimento histórico presente acerca do acontecimento histórico passado. Um argumento em oito etapas indica as perspectivas da historiografia contemporânea: a história como disciplina de investigação metódica; o debate teórico referente à natureza da história; a variedade de tradições, abordagens e paradigmas na história; os métodos, procedimentos e técnicas; as respostas plausíveis, prováveis às questões postas; os conceitos e as redes de captura do passado; o cuidado redacional e estilístico da narrativa; a expectativa e as carências do tempo presente e a resposta historiográfica.

PALAVRAS-CHAVES: Historiografia. Sentido. Teoria da História. Escrita da história.

ABSTRACT: Historiography is not a mystery but handles with charades. The term historiography covers a significant conceptual binomial handling with the processes of producing and establishing present historical knowledge on past historical events. An argument in eight elements points out perspectives for the contemporary historiography: history as a methodical discipline; the theoretical debate on the nature of history; the multiplicity of traditions, points of view and paradigms; methods, procedures and techniques; plausible and probable responses to the questions

¹ Em homenagem ao filósofo e lógico Nelson G. Gomes, amigo, interlocutor crítico e colega de muitas décadas, por ocasião de seu 65º aniversário em 2008.

² Universidade de Brasília, ecrm@terra.com.br

asked; concepts and networks for grasping the past; stylistic and drafting care in the narrative construction; expectations and deficiencies in present times and the response of historiography.

KEYWORDS: Historiography. Sense. Theory of History. Writing History.

Em nossa época, as pessoas educadas compartilham um certo sentido de história. Todos possuem alguma noção das diferenças entre as épocas, os estilos, as culturas e podem projetar-se à vontade na atmosfera da Antiguidade, da Idade Média, do Renascimento, do século 18. Nosso espírito e nossa cultura incorporaram, em alto grau, a história. O pensamento histórico circula em nosso sangue.

J. Huizinga (1934)³

Diz-se vagamente que cada geração deve escrever a história de novo, pois ela a vê diferentemente de suas predecessoras. Parece ser mais pertinente dizer, contudo, que nossa visão da realidade (passada) é produto do que queremos e podemos ver, do que métodos e disposições intelectuais nos permitem ver e, afinal, do que os historiadores fazem com tudo isso e conseguem estipular como “verdade”.

A historiografia não é um mistério, mas lida com enigmas. Começar assim é decerto intrigante. Com efeito, o termo historiografia recobre um binômio conceitual significativo que tem a ver com a produção e a fixação do conhecimento histórico presente acerca do acontecimento histórico passado. Preliminarmente exclua-se qualquer noção ingênua quanto à expressão “fixação”. Ela não diz respeito a espécie alguma de caráter final e definitivo do grau de conhecimento disponível obtido do agir racional humano no tempo transcorrido. A fixação exprime tão-somente a contingência – algo banal, é certo – de que o conhecimento histórico é afinal posto por escrito em algum

³ Johan Huizinga (1872-1945). Historical conceptualization, versão em inglês (tr. Rosalie Colie) em Fritz Stern (org.). *The varieties of History*. Nova Iorque: Vintage Books, reimpr. 1973 da 2a. ed. 1972, p. 289-303, cit. p. 303.

momento, nas circunstâncias em que esse fazer foi (ou é) possível. Corte, recorte, ponto ou quadro de referência e tantas outras expressões remetem a essa efêmera fixação, cuja duração, aliás, é imprevisível - ao menos se for levado em conta o padrão metódico de sustentação empírica da argumentação nas fontes e de sua interpretação, hoje largamente praticados. Com o grau de desenvolvimento das práticas de pesquisa e de controle social do conhecimento, o bem-fundado da interação dos “irmãos siameses” *base empírica e construção interpretativa* dificilmente suscita objeção.⁴

O mundo em que vivemos impregna o processo de conhecimento, a atitude para com tal mundo e a visão que dele temos. Conhecer é um processo socialmente condicionado, o sucesso do conhecimento é uma atitude social. “Campo intelectual” e “campo social”, mesmo se distinguíveis, não podem ser separados ou contrapostos. “Estilo de vida” e “estilo de pensamento” estão substantivamente relacionados. Há muito em favor da tese de que a historiografia é um empreendimento radicalmente do presente, que ela opera só no presente e só para ele, que ela é uma das tentativas da sociedade de construir um ponto de observação dela mesma, fora de si. A historiografia observa seu presente por recurso ao construto “passado”, tal como os etnólogos o fazem com o construto “forasteiro”, os sociólogos com “sociedade” ou os teóricos da literatura com “literatura”. O que se observa – e vem a ser descrito concreta e historicamente na forma de história – tampouco é a realidade ‘pura’ em si, mas a do presente por efeito reflexo. As pontes para o passado e a circulação entre ele e o presente de que se partiu, então, não podem ser mais do que construtos.⁵

⁴ Cf. MARTINS, Estevão de R. Que sentidos para a história e a historiografia? Propostas quanto à razão, ao contra-senso, à narrativa e à cultura. In: *Textos de História*, Brasília, v. 10, n. 1/2, p. 135-150, 2004.

⁵ ETZEMÜLLER, Thomas. “Ich sehe das, was Du nicht siehst”. Wie entsteht historische Erkenntnis? In: Thomas Etzemüller/Jan Eckel (orgs.). *Neue Zugänge zur Geschichte der Geschichtswissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2007, p. 67-68.

Interesse e tradição

Interesse e tradição são dois conceitos centrais tanto para a construção do discurso historiográfico quanto para seu entendimento. *Interesse* contém um momento ativo, que busca articular (mediar) o horizonte (de expectativas) do sujeito (observador) com as sociedades e as culturas passadas (e seus respectivos meios). A permanência, na consciência histórica da cultura social do presente, dos componentes que provêm do “tempo passado” conforma um acervo material e imaterial de conhecimentos e agires que se conhece por *tradição*. Tradição de modo algum quer dizer, neste contexto, manutenção acrítica de práticas ou convicções passadas pela mera razão de serem passadas. Tradição quer aqui expressar o que vem trazido, no tempo, pelo pensar e agir dos homens em sociedade até onde alcance a memória (própria ou *trazida*). É certo que, nas diversas sociedades e culturas, o modo de valorizar o passado como tradição pode incluir elementos de persistência e de opacidade inercial que eventualmente se tornem infensos à análise crítica. As redes de densidade estruturante, nesses casos, são primariamente objeto de estudo dos antropólogos e, como tais, tomadas em consideração pela investigação histórica.⁶ Essa investigação, todavia, não se pode restringir a meras constatações possivelmente resignadas a esse respeito. A penetração analítica das redes de conformação do passado histórico, a que se propõe a escrita da história, requer a decifração dos sentidos inscritos no agir passado e a montagem de sentidos plausíveis no agir presente.

A abordagem metódica das duas linhas de sentido na escrita da história (no presente) e na escrita sobre a história (no passado) requer pontos de vista: critérios orientadores do questionar, do coletar indícios e do construir respostas. Tais

⁶ Cf. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas* (1973). Rio: Guanabara Koogan, 1978. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa* (1983). Petrópolis, Vozes, 1997.

pontos de vista não são arbitrários, na medida em que não ficam ao talante do historiador adotá-los por recurso a sua subjetividade particular, sem relação com a cultura e com o pensamento teórico plausível no campo de conhecimento histórico. Cultura histórica e pensamento teórico tampouco são homogêneos ou uniformes. Mas incumbe ao investigador deixar claro, em sua escrita do tempo, as consistências argumentativas que sustentam as referências teóricas adotadas com respeito ao objeto de seu trabalho. Um *oukaze* metodológico tornou-se, nas práticas historiográficas contemporâneas, um anacronismo doloso.

Por outro lado, sem a relação conosco e sem nosso interesse ativo, o conjunto passado das ações humanas nada mais é do que um acervo morto. Sua transformação em história é sua vivificação pela atuação direta do interesse racional presente. Jakob Burckhardt, em 1930, assinalava, pertinentemente: “[A história] põe em evidência os fatos capazes de estabelecer uma correlação real como nosso espírito, de despertar uma real empatia, seja por afinidade conosco seja pelo contacto conosco. O entulho, porém, ela deixa de lado”.⁷

O acervo do passado vive, no entanto, de forma dinâmica, em primeiro lugar, pelo preenchimento e pelo cultivo da memória.⁸ Nela operam, articuladamente, o interesse e a tradição, e nela se encontra a transposição ativa, para o presente contínuo, do que se percebe ou se pensa necessário saber para ser. Essa tradição ativa é o ponto de partida para o acesso da reflexão histórica à transformação da experiência (do passado) em história.⁹

⁷ *Griechische Kulturgeschichte* (Berlim/Leipzig, 1930, vol. 1, p. 2: “[Geschichte] hebt jene Tatsachen hervor, welche imstande sind, eine wirkliche Verbindung mit unserm Geiste einzugehen, eine wirkliche Teilnahme zu erwecken, sei es durch Affinität mit uns oder durch den Kontrast zu uns. Den Schutt aber lässt sie beiseite. (Tradução do autor).

⁸ KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado* (1979). Rio: Editora da PUC-Rio, 2006.

⁹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica* (2001); *Reconstrução do Passado* (2007). *História viva* (2007). [Teoria da História I, II e III]. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Estevão de Rezende Martins. Consciência histórica, praxis e cultura, em *Síntese* 19 (1992), p. 59-73.

O interesse pelo trazido na memória (que estendeu a toda sorte de indício a preferência metódica anterior pelo documento escrito) lida com duas categorias fundamentais para fixar parâmetros de referência: o *tempo* (periodização, cronologia, crônicas, registros) e o *espaço* (ninguém vive fora de espaços definidos; essa definição é tanto física [povos da floresta, sociedades urbanas, comunidades rurais, etc.] quanto cultural e política [fronteiras e crenças, metrópoles e colônias, etc.] e assim por diante). Essas categorias se entrecruzaram na constituição de campos (ou disciplinas, ou matérias, ou temas – a terminologia varia). Seu uso não é novo e se confunde com a própria constituição do campo próprio do conhecimento histórico.¹⁰ De uma preferência marcante pela política, pelo Estado e por seus protagonistas formais, a ciência da História caminhou sucessivamente para uma diversidade que, hoje, não conhece limites apriori.

O “novo”, a cada vez que se abre um canteiro de obras (projeto de pesquisa) diferente, depende em linha direta da evolução dos interesses sociais e culturais (eventualmente particulares) que lançam suas perguntas à tradição de que emergimos. Há certo grau de trivialidade na assertiva de que o interesse presente condiciona o interesse pelo passado. Mas parece-me ser justamente a aparência de trivialidade (de familiaridade, de obviedade) que suscita a impressão de que não se necessitaria examinar de perto pressupostos, diretrizes, definições, aprioris, que orientam o olhar inquisidor sobre o tempo e a experiência passada. Algumas valorizações recentes das tradições continuam a provocar fortes interesses, possivelmente pelo lamento de não se ter “pensado nisso antes”: o cotidiano, a

¹⁰ CHÂTELET, François. *La naissance de l'histoire : la formation de la pensée historique en Grèce*. Paris: Minuit, 1961; HARTOG, François. *Les Usages politiques du passé* (com Jacques Revel). Paris: EHESS, 2000; *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Le Seuil, Paris, 2002; *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: EHESS, 2005; VERNANT, Jean-Pierre. *Les origines de la pensée grecque*. Paris: PUF, 1962.

tradição oral, a demografia e os métodos quantitativos, gênero e hierarquização social, antropologia histórica.¹¹

A expressão de significado, encontrado ou atribuído na operação de transformar a experiência do passado em história refletida no presente, é posta por escrito. A história escrita, contada, narrada, requer uma espécie de convenção metódica de realização, que se pode chamar de pacto historiográfico.

O pacto historiográfico

Narrativas literárias e históricas, malgrado todas as semelhanças, podem ser distinguidas graças ao pacto historiográfico. Existe, com efeito, em todas as épocas, uma linha divisória entre fato e ficção, mas ela é historicamente variável.

A verdade específica de cada narrativa histórica está submetida a um processo de trocas entre as instâncias do “produtor” e do “receptor”. Simultaneamente o processo depende das condições socialmente determinadas de produção e recepção.

A historiografia produz e reproduz intrigas (enredos, tramas) sobre como o tempo é experimentado e interpretado por uma determinada sociedade. A tarefa da história da historiografia deveria, pois, ser analisar as interpretações do tempo, as estratégias da verdade, a evolução e a construção de certezas assim como os respectivos modelos narrativos.

Essa nova especificação da historiografia faz da história da historiografia uma análise do apriori histórico, isto é, das condições historicamente variáveis da possibilidade das experiências do tempo, tal como registradas nas memórias e refletidas no presente. Isso lhe é possível mediante a análise do contexto dos modelos de narrativa, previamente dados na sociedade, e de suas estratégias específicas de verdade.

No panorama da narrativa histórica pode-se estabelecer, já por volta de 1800 (quando começa a se esboçar o que é

¹¹ MAURER, Michael: *Aufriss der historischen Wissenschaften*. Stuttgart: Reclam, 2005, vol.7: *Neue Themen und Methoden der Geschichtswissenschaft*.

conhecido como processo de cientificização da História), uma distinção ideal-típica entre quatro modelos de narrativa: biografia de grandes homens, história do progresso pragmática ou coletiva (dependentes de uma espécie de “sensibilidade”) e história intelectual.¹² Os três primeiros formatos podem ser reunidos na categoria do “sensível”, na medida em que procedem por sua recepção de uma sensibilidade dominante, por exemplo, à liderança de estadistas, aos processos coletivos abrangentes (como os da revolução industrial ou da expansão colonial) ou de processos revolucionários (como os da Revolução Francesa ou Russa, ou ainda o das lutas e conquistas sindicais), sempre na perspectiva de um progresso almejado ou projetado. A história intelectual, com seu efeito formativo no espaço social, continua em prática na ciência da história. A historiografia “sensível” vale-se de determinadas estratégias de verdade fortemente marcadas pela comunicação oral ou pela adesão ideológica. Testemunhas têm para ela uma importância ímpar. Essas estratégias da verdade sobrevivem até hoje não só nas narrativas históricas populares, mas igualmente em outros setores da vida social, como sustentação da credibilidade da argumentação. Mesmo hoje não se pode abrir mão delas nas práticas de pesquisa. O que não lhes retira o caráter pré-moderno (em termos de racionalidade demonstrativa e de controlabilidade empírica) enquanto critério de verdade. Isso esclarece que, por volta de 1800, não se deu propriamente uma troca de paradigmas com relação à interpretação do tempo, e sim uma expansão das possíveis experiências e interpretações do tempo.¹³

As narrativas da ciência da História conformaram como estratégia predominante de verdade o documento (sobretudo o

¹² Cf. MARTINS, Estevão de R. Historiografia contemporânea: um ensaio de tipologia comparativa. *Varia História* (Belo Horizonte) v. 27, p. 13-26, 2002.

¹³ EPPLER, Angelika. Von Werwölfen und Schutzengeln. Historiographieggeschichte als Analyse des historischen Apriori. In: Thomas Etzemüller/Jan Eckel (orgs.). *Neue Zugänge zur Geschichte der Geschichtswissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2007, p. 199-200.

escrito) e o método rigoroso da crítica das fontes. O formato final do sentido escrito na história narrada, que se pode chamar de sua verdade relacional, permanece dependente – embora não de um modo qualquer, pois se exige ser argumentado – da incontornável perspectiva subjetiva de cada profissional da história e da exigência de controle empírico. A escrita do sentido, para ser historiográfica, não pode ser homilética nem retórica pela mera retórica. Essa relativização “relativa” – que chamo de caráter relacional do conhecimento histórico¹⁴ – é compensada pelo controle intersubjetivo da argumentação. Esse controle estabelece um determinado tipo de objetividade (claramente convencional), opera inicialmente no âmbito da corporação profissional formada nos mesmos parâmetros metódicos. O sucesso de público mais amplo não é critério de rigor historiográfico, mesmo que seja indicador de “sensibilidade epocal”, como sintoma do interesse difuso na sociedade ou de bem sucedidas operações de colocação no mercado editorial e no público leitor.

O caráter relacional do pacto historiográfico

A maior parte dos textos de cunho teórico da segunda metade do século 20 gera indubitavelmente a firme impressão, no leitor de hoje, que todo o mundo concordava com que os relatos históricos são aceitos, simplesmente, como histórias verdadeiras, contendo fatos importantes acerca de coisas que houvessem efetivamente ocorrido, e cujo sentido correto é o proposto na narrativa historiográfica. A história é, em sua versão científica no século 20, uma disciplina bem distinta da literatura. Literatura versa sobre coisas que não ocorreram; a história tem a ver – de uma ou de outra maneira – com o que ocorreu. Literatura lida com imaginação e com invenção; a história se ocupa de contar a verdade possível. Historiadores escrevem sobre

¹⁴ MARTINS, Estevão de R. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, Cléria B. (Org.). *Um passeio com Clío*. Brasília: Paralelo 15, 2002, p. 11-26.

fatos e seu sentido, a serem claramente distinguidos da ficção e do mito. Nessa linha, obviamente dentro da tradição metódica, os historiadores são treinados para desempenhar seu mister adequadamente, com objetividade, usando as fontes apropriadas e empregando metodologia pertinente (chamadas por alguns de seus críticos de “fetichismo das fontes”) e gastando esforço e suor no trabalho de arquivos (ironizado por não poucos como “positivismo arquivístico”), o que asseguraria a confiabilidade de seus resultados. Juntam-se hoje a esses críticos do rigor metódico alguns teóricos ditos pós-modernos, usuários de complicadas técnicas de esgrima lingüística, fortemente influenciados pelos pós-estruturalistas franceses, que perpetraram um atentado em regra contra essa imagem bucólica de os historiadores buscarem com afinco a verdade. Com a “virada lingüística”, a história se dissolveria no discurso relativista, com o triunfo da subjetividade e da sensibilidade particular. A ‘verdade’ não apenas não poderia ser conhecida, nem mesmo passaria de um artigo de fé ou de uma esperança vã, quando não se resumisse a uma manobra manipuladora de que se lançaria mão para enganar o incauto ‘público amplo’. A historiografia seria meramente ficção escrita de modo realista, recorrendo a convenções, como citações de fontes e notas de rodapé acadêmicas, para fortalecer a impressão de rigor e de correspondência à realidade.

Nesse meio tempo, no entanto, a esmagadora maioria dos historiadores deixou de lado tais teorias extemporâneas e tocou adiante seu ofício de reconstruir o passado – e seus leitores continuaram a ler sua historiografia como se esta permanecesse tendo algo de interessante e pertinente a dizer sobre o passado.

É óbvio que nunca foi celebrado formalmente, à maneira de um contrato comercial ou de um tratado internacional, tal acordo amplo sobre a natureza da história. As divergências quanto ao caráter da história, como a disciplina própria para obter conhecimento do passado, dificilmente podem ser consideradas como um fenômeno surgido apenas no século 20. Os debates sobre as aproximações do conhecimento, da compreensão e da explicação nas ciências históricas e sociais

duram há gerações, séculos mesmo. As controvérsias recentes sobre o pós-modernismo apenas acrescentaram novos aspectos a velhos ceticismos. No contexto do debate atual, o conhecimento histórico, entendido como algo substantivamente diferente da ficção ou da propaganda, sem cair na ingenuidade de um empirismo trivial, é um objetivo amplamente aceito. A historiografia estabelece sentidos do tempo vivido e refletido passível de ser “verdadeiro”, testável, capaz de progresso dentro de certos parâmetros controláveis intersubjetivamente. Essa meta não fecha os olhos para a circunstância de subsistirem diferenças de abordagem e pressupostos fundamentais, não raro excludentes, entre as diversas comunidades de historiadores, notadamente entre as que adotam filosofias da história universalistas, como as marxistas, por exemplo, mesmo que elas mesmas amiúde divirjam e se excluam mutuamente. Não se negligencia mais, pois, os possíveis papéis desempenhados pela imaginação humana e a capacidade de comunicação intersubjetiva na produção do conhecimento acerca de aspectos do passado para públicos diferentes, em um presente sempre mutável, e sob as árduas condições impostas pela pesquisa em fontes lacunares.

Toda historiografia requer referência teórica. Isso é fundamental para a pesquisa e para a representação histórica. Toda escrita da história é um empreendimento tanto empírico quanto teórico. Há historiadores que proclamam conscienciosamente ser teóricos – asseverando que seu trabalho está diretamente informado por um corpo teórico explícito, como o marxismo, o estruturalismo, a teoria do discurso, o feminismo. Por outro lado, há também historiadores que dizem nada mais fazer do que “história”, explorando arquivos, tentando descobrir, do melhor modo de que são capazes, “o que de fato ocorreu” ou “como é que as coisas foram”. Implicitamente, também esses trabalham com um conjunto de pressupostos de que estão mais ou menos cientes: pressupostos acerca do que já pertença ao “senso comum”, acerca de como colocar as questões que enquadram e guiam sua pesquisa, acerca do que buscar e onde o buscar, acerca de como definir quais são os protagonistas

históricos (classes sociais, ‘grandes homens’, etc.) e acerca do que seriam respostas satisfatórias (consistentes, plausíveis, convincentes) a suas questões. Esses pressupostos implícitos, freqüentemente velados, são tão teóricos quanto os daqueles que os explicitam.

Por conseguinte, qualquer escrita da história é inevitavelmente teórica. Não se fale, pois, de “história e teoria”, como se teoria fosse um acréscimo opcional. Tal posição estaria baseada em um equívoco fundamental quanto à natureza da pesquisa histórica, como se a “história” pudesse simplesmente escolher ou não “tomar emprestadas” teorias e conceitos de disciplinas conexas das ciências sociais (como sociologia, antropologia, psicologia, geografia ou economia). Mesmo o historiador que se esfalfe a proclamar-se “ateórico” opera – e tem mesmo de operar – dentro de uma rede de pressuposições e estratégias teóricas. Assim toda escrita da história e, por via de conseqüência, toda atribuição de sentido à ação humana pesquisada e narrada, possui natureza intrinsecamente teórica tanto no formular e no desenrolar da pesquisa quanto no uso da capacidade intelectual do pesquisador para tudo articular no âmbito da representação histórica. Não parece relevante ou decisivo, uma vez mais, ditar por *oukaze* se tal ou qual teoria seria a (novamente:) verdadeira e, assim, única. Essa é mais uma ingenuidade dolosa. Estratégico para a pesquisa e para seu produto na narrativa historiográfica, isso sim, é a consistência entre fundamento teórico, prática metódica, controle empírico e qualidade narrativa.¹⁵

De modo algum se sugere que se trate de missão fácil. Há desafios e há compromissos de disciplina metódica. O primeiro dos desafios é justamente o da multiplicidade de abordagens teóricas da investigação histórica. Mantido o pressuposto de que a investigação histórica objetiva construir narrativas verossímeis

¹⁵ MARTINS, Estevão de R. História e teoria na era dos extremos. In: *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, (Uberlândia), v. 3, n. 2, p. 1-19, 2006.

de aspectos selecionados do passado, a existência de relatos concorrentes do mesmo fenômeno – por exemplo, relatos marxistas e não-marxistas das origens da Revolução Francesa, ou relatos funcionalistas e intencionalistas dos grandes genocídios contemporâneos, como o dos armênios em 1915 ou o dos judeus pelos nazistas entre 1933 e 1945 – exige um critério argumentado de decisão entre eles, que não se reduza a preferências ou preconceitos políticos, morais, estéticos ou pessoais. Cada narrativa historiográfica tem de haver resolvido, para si e para o leitor, a questão da pleora de abordagens teóricas ou paradigmas concorrentes da pesquisa histórica.

O segundo desafio está intimamente ligado ao primeiro. Mantido o pressuposto de que a pesquisa histórica tem por meta construir uma narrativa verossímil acerca do passado, deve lidar com o leque das narrativas sobre seu tema, período ou assunto, do modo mais completo possível. A revisão historiográfica pertence também, dessa forma, à agenda de uma história *raisonnée* da historiografia. É nessa reflexão abrangente – cujo conteúdo é sempre maior, com a ampliação do estoque historiográfico – que se analisam os paradigmas concorrentes contemporâneos, inclusive os que pareçam provir de posições pessoais de cunho político – esquerda, radical, conservadora, etc. Nesse particular pode-se reconhecer a importância estratégica que readquirem as categorias-mestras de rigor metódico e de objetividade enquanto resultado de controle intersubjetivo na e pela corporação profissional.

Essas categorias nada exprimem de inatingível ou indesejável. Sua prática é regular e bem sucedida, afastando convincentemente o recurso (de facilidade) a voluntarismos ou partidarismos. A historiografia distingue-se, pelo pacto metodológico e teórico, do mito, da ideologia ou da propaganda. Sem negar a importância da rede relacional de referências do tempo presente, que é sua condição primária de possibilidade, a historiografia preserva sua autoridade cognitiva ao evitar o caráter arbitrário ou personalista do discurso aleatório, ao sabor das circunstâncias do tempo efêmero.

O contexto mais amplo do debate contemporâneo inclui as reviravoltas, promovidas pelas críticas pós-modernas, ressuscitando o velho debate do relativismo, do ceticismo radical e da possibilidade de nada se poder dizer acerca do passado que não seja fictício, construído, contestável, instável, incapaz de qualquer forma de verificação racional (mesmo se apenas no sentido de estar aberto, em princípio, ao falseamento). Nas últimas décadas, bom número de acadêmicos importou diversas posições da literatura e da lingüística, para utilização na história, com o fito de demonstrar que a história, afinal, não passa de uma variante da ficção. Essas críticas tomaram diversas formas. Alguns pós-modernos afirmam que somos incapazes de conhecer qualquer coisa “do passado em si”. Outros concedem que assertivas factuais particulares acerca do passado podem ser verdadeiras, mas mantêm que há uma infinidade de modos possíveis de “encaixar” fatos particulares em narrativas coerentes, ou de “impor” histórias ao passado, o que indicaria que as interpretações históricas são essencialmente construções do presente e não, como os historiadores tradicionais reivindicam, reconstruções do passado.

Tal interpretação colide com a prática historiográfica reconhecida como metodicamente argumentada, que se vê como pesquisa, informada coletiva e teoricamente, de certos aspectos do passado, na qual se pode “avançar”, ao menos dentro dos parâmetros disponíveis para a investigação, explicitando com clareza as origens ou bases de diferenças residuais em pressupostos fundamentais teóricos.

Parte do problema da contraposição de dois tipos de narrativa está na polarização que muitos dos debates recentes sofreram, tanto no conteúdo quanto na retórica. Enquanto alguns tenderam a concentrar-se na evidência da realidade passada, guiados por certo grau de otimismo acerca de sua capacidade de avaliar e fazer bom uso desta evidência, outros tenderam a concentrar-se na fragilidade e na ausência de raízes das representações atuais desse passado (com ou sem muita fé nas “evidências”). Nem tanto ao mar nem tanto a terra. Em particular, os pós-modernos enfatizam a defasagem entre um passado essencial-

mente incognoscível e uma representação imposta pelo presente (além do que, como freqüentemente é suposto, construída quase arbitrariamente), enquanto muitos são tentados a ignorar pura e simplesmente qualquer defasagem, refugiando-se novamente em um otimismo ingênuo. Imensa tradição de valores opostos separa essas duas visões genéricas, muito dependentes de inércias teóricas (da liberdade estética de criação, em um caso, e do positivismo ingênuo, de outro). Não basta, para a reflexão sobre a consistência argumentativa de uma história da historiografia, contentar-se com um mero rol das posições divergentes. Importa analisar a natureza da defasagem entre os “fatos” e os indícios empíricos do passado, tão fortemente sublinhados pelos empiristas, e as construções, interpretações (quiçá “ficções”) do presente, enfatizadas pelos pós-modernos. Essa análise pode ser efetiva uma vez assumida a necessidade da consciência teórica quanto à construção compartilhada do conhecimento histórico.

Em termos gerais, pode-se dizer que a maior parte dos historiadores está convencida de que as posições pós-modernas são extremadas e não precisam ser levadas a sério, embora haja divergências quanto a existir nelas uma ameaça efetiva ou não. A percepção de Lawrence Stone¹⁶, de que se dá uma “crise de autoconfiança” entre os historiadores, e que a história corre o risco de tornar-se uma “espécie em extinção”, é refutada pelo pós-moderno Patrick Joyce, que afirma que, ao menos na Inglaterra, a reação predominante àquelas críticas é “mais de indiferença, e menos de combate direto”.¹⁷

Há diversas razões para sustentar que as respostas às questões perenes sobre a natureza do conhecimento histórico deveriam interessar inclusive àqueles historiadores que pensam que podem ignorar tais questões. Quase todos os historiadores (pode-se mesmo dizer: todos) pretendem, ao menos implicitamente, que seu discurso possua algum grau de

¹⁶ *The Past and the Present*. Boston/Londres: Routledge & Keagan, 1981.
The Past and the Present Revisited. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1988.

¹⁷ FULBROOCK, Mary. *Historical Theory*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2002, *passim*.

verossimilhança. Habitualmente são considerados pelo público como “especialistas”, cujos relatos devem ser distinguidos daqueles dos mercadores de mitos, propagandistas, advogados de interesses especiais. Os historiadores que ocupam cargos estatutários na educação pública, no que poderia ser chamado ‘sistema oficial de produção de historiografia’, possuem um grau de responsabilidade pública que exige cobrar-lhes o que fazem para ocupar seu tempo e desincumbir-se de suas obrigações funcionais – fundamentalmente de pesquisa e ensino. O ‘público amplo’, quando busca as obras dos historiadores, pressupõe que encontrará nelas “o que de fato ocorreu” (para usar a expressão de Ranke, tão referida), e não o que algum autor teria imaginado o que poderia ter ocorrido, numa combinação de inspiração, invenção, e retórica, de um lado, com seleção, exploração e colagem de “indícios” que houvessem sobrevivido ao naufrágio do tempo, de outro lado. Tampouco se interessa por saber como tal ou qual autor preferiria que se pensasse o que teria ocorrido, para utilizar isso como apoio a argumentação de cunho moral ou político (ou ambos) em benefício de uma ou outra parte em alguma controvérsia contemporânea, ou ainda para construir uma identidade aceitável, da qual esse ou aquele grupo marginalizado ou discriminado no passado pudesse doravante orgulhar-se.¹⁸

Apesar de tudo, a pluralidade real das abordagens em história sugere que, com efeito, não há uma perspectiva única na disciplina: “história” diz respeito exclusivamente a seu assunto próprio (o que deixou de ser, o passado) e não a um conjunto de teorias e metodologias abstratas. O processo mesmo de constituir objetos de pesquisa no passado é assunto controverso. Por exemplo, a prática de historiadores políticos de somente considerar os altos interesses do estado(-nação) e dos protagonistas de destaque da elite dirigente sofreu críticas crescentes dos que consideravam a experiência de outros

¹⁸ Cf. MARTINS, Estevão de R. Consciência histórica, práxis cultural e identidade nacional. Em: GONÇALVES, A. T. M.; SOUZA, A. M.; SERPA, E. C.; BITTENCOURT, L. B. (Org.). *Escritas da História. Intelectuais e Poder*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004, p. 11-33.

aspectos da vida humana (vida cotidiana, processos econômicos, etc.) como igualmente dignos de destaque ou, no mínimo, de forte potencial explicativo das circunstâncias do passado. Mais ainda, e quem sabe até de importância maior: se, a partir de perspectivas teóricas (políticas ou pessoais) diferentes, relatos concorrentes do *mesmo* fenômeno no passado são produzidos, parece não haver meios racionais (ao menos mutuamente convencidos) de decidir qual dessas abordagens seria a correta – o que tornaria extremamente problemático o estatuto de qualquer noção de verdade histórica. Se não houver acordo algum com relação ao caráter do fenômeno a ser estudado, que fim levaria uma ‘disciplina’ incapaz até de convencionar seu próprio objeto de pesquisa, quanto mais um modo de interpretar ou explicar?

Um exemplo familiar, mesmo que pareça algo exagerado, pode servir para ilustrar alguns dos aspectos básicos do problema. Diversos países da América Latina sofreram ditaduras militares, por períodos mais ou menos longos e mais ou menos cruéis, nas décadas de 1960 e 1980. Existe um sem-número de possibilidades de contar, recontar, representar e imaginar esses anos obscuros, sem que se disponha ainda de meios cognitivos e sociais para reconstruir adequadamente e explicar plenamente os fenômenos, ainda sob forte pressão da experiência recente e de suas seqüelas. Qualquer tentativa de fixar a noção de história como mimesis – uma reprodução acurada do passado em sua “essência” – tropeça irremediavelmente em tragédias como as vividas por brasileiros, chilenos, argentinos, dentre tantos outros. Esses exemplos extremos representam, ademais, um desafio forte às noções de história como explicação racional em termos de combinação complexa de causas sob circunstâncias particulares, ou como compreensão interpretativa dos motivos dos agentes. Mesmo a construção de um simples *explanandum* – o regime militar brasileiro de 1964 a 1985 – depende de uma miríade de pressupostos em construção e desenvolvimento, em que convivem e colidem elementos detestáveis política e moralmente e outros por vezes lembrados como louváveis (como os econômicos), inclusive por políticos de destaque no século

21, outrora contados entre as vítimas do regime. A justa aspiração por um acerto de contas, de cunho moral e político, pode ser uma variável importante para tornar ainda mais árdua a missão da análise metódica do tempo praticamente ainda presente. Verdade e reconciliação, como no itinerário sul-africano, são resultados ainda por obter-se no plano social e mental, para poderem ser aproveitados na reflexão historiográfica.¹⁹ No entanto, toda convenção metódica no plano historiográfico entende que as decisões políticas no âmbito do Estado, como a anistia, por exemplo, não elidem a necessidade da reflexão teórico-metódica que transforme tais traumas em história pensada, constitutiva da realidade social em que se encontram todos. O negacionismo, como alguns europeus quiseram defender com respeito ao holocausto dos judeus pelo nazismo, é o pior dos delitos metódicos possíveis, sem contar o despautério ético.²⁰

¹⁹ Exemplos de um esforço notável de reflexão histórica crítica e lúcida são as pesquisas de Carlos Fico: *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; FICO, Carlos/ FERREIRA, Marieta de M./ARAÚJO, Maria Paula/QUADRAT, S. V. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008; Carlos Fico. *O regime militar no Brasil (1964-1985)*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005; FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

²⁰ Isso ficou demonstrado no famoso caso judicial perdido por David Irving contra Deborah Lipstadt e seu editor (Penguin Books), cujo livro criticava duramente as interpretações revisionistas do Holocausto [Deborah Lipstadt, *Denying the Holocaust: The Growing Assault on Truth and Memory*, Plume (The Penguin Group), 1994]. Em 2000, Irving acusou Lipstadt de difamação pelas críticas que fez a seu livro sobre o Holocausto. O tribunal inglês deu razão a Lipstadt, numa sentença de 334 páginas, em que Irving foi considerado culpado de distorcer a verdade sobre a 2ª Guerra Mundial. Em 2005, Irving foi condenado a três anos de prisão, por um tribunal austríaco, por crime de denegação da verdade sobre o Holocausto (expulso da Áustria, retornou à Inglaterra sem cumprir pena). Em torno da Universidade francesa de Lyon III havia problemas semelhantes (chamados de “negacionismo”, na França), desde os anos 1970. Somente em 2001 o governo tomou medidas saneadoras, cujo ponto alto foi o relatório analítico da comissão presidida por Henry Rousso [*Le dossier Lyon III: le rapport sur le racisme et le négationnisme à l'université Jean-Moulin*. Paris: Fayard, 2004].

Fatos são pedras angulares na construção dos relatos históricos. No entanto, a investigação histórica é mais do que meramente escavar ‘fatos verdadeiros’ no passado, expurgar asserções falsas ou desmascarar fraudes. Até um breve olhar sobre as controvérsias históricas acerca do nazismo, por exemplo, revelará grande leque de posições divergentes por parte de historiadores que tratam a documentação com a devida consideração, mas localizam o cerne da explicação em fatores diversos, como por exemplo numa “especificidade alemã” (*deutscher Sonderweg*²¹) quase revestida de inevitabilidade metafísica, ou nas conseqüências de médio prazo da derrota da Alemanha na 1ª Guerra Mundial e nas provisões do Tratado de Versalhes ou ainda na estrutura e desenvolvimento frágeis da democracia e da economia da república de Weimar. Tem-se, pois, que malgrado o cuidado com as fontes que assinala o procedimento dos historiadores sérios, os “mesmos” fatos históricos podem ser inseridos em diversos tipos de narrativa.

Apesar disso, mesmo se a ênfase na pertinência empírica e nos padrões metódicos de procedimento requeridos pela ponderação e interpretação crítica das fontes seja de grande importância e necessária, não é suficiente, por si só, como argumento para sustentar que a história seja mais do que uma ideologia ou um mito, um sistema de crenças semelhante a qualquer outro. É nessa posição algo inconfortável em que acaba por desaguar o *In Defence of History* de Richard J. Evans.²² Fulbrook concorda com Evans em que é essencial apreender os fatos corretamente. Não considera assim tão óbvio que disso resulte obrigatoriamente um modo único de os articular, com exclusão de alternativas (vistas então como inadequadas ou mesmo erradas). Tampouco é suficiente dizer que, por existirem muitas perspectivas possíveis acerca de um fenômeno, todas

²¹ Cf. NIPPERDEY, Thomas. 1933 und die Kontinuität der deutschen Geschichte. Em: *Historische Zeitschrift* 227 (1978), p. 86-111; Hans-Ulrich Wehler. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. 4º volume: 1914-1949. Munique: C.H.Beck, 2003.

²² *In Defence of History*. Londres: Granta Books, 1997.

potencialmente de igual valia como outros autores pretendem, que nenhuma possa ser mais acurada. O conhecimento e a interpretação histórica são aspectos demasiado importantes de nossas vidas para serem deixados ao léu do perspectivismo descomprometido ou à mercê de um desengajamento metódico completo que se satisfaça de um “qualquer coisa vale” e que avaliações e ponderações são mais uma questão de gosto, de simpatia política do que de um critério de verdade (mesmo se convencional), dito não passar de quimera, por definição inatingível. É nesse dilema que se situa o *History in Practice* de Ludmilla Jordanova.²³ A obra insiste no “senso comum” próprio a todos e, forçosamente, ao historiador, o que relativizaria a banalidade das preferências morais, políticas e estéticas que influenciariam as opções temáticas ou metódicas dos profissionais. Essa questão está também presente no *Telling the Truth about History*, de Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacobs.²⁴ A perspectiva clássica (*whig*, liberal-progressista na historiografia britânica) transposta para o espaço norte-americano pelas autoras, valoriza as abordagens históricas sucessivas (e, eventualmente, acumuladas) e conclui que a resultante deve ser

²³ JORDANOVA, Ludmilla. *History in Practice*. New York: Arnold Publishing/ London: Oxford University Press, 2000. Vale lembrar a ênfase que Jordanova dá à escrita da história em seus diversos formatos, como sublinha S. Ditchfield (Universidade de York): “For Jordanova ‘the most important act historians perform is that of writing’ (p. 186). From this it follows that the practice of history should be identified not only with the archive, (which has been the usual focus of reflections by historians on their craft from Mabillon to Marwick) but with the written results of research and their audiences. Attention should therefore be focused on interpretation as much as on sources. This is not only because the authority of historical texts derives substantially from their power to persuade, but also because it is primarily by written means (and oral versions thereof) that historical ideas, accounts and claims are apprehended, not only within the academy between peers (in both published and unpublished forms), but also by the wider public (as books, magazine/newspaper articles or as spoken scripts on radio or TV).” [grifo meu] Extraído de <http://www.history.ac.uk/ihr/Focus/Whatishistory/ditchfield.html> (acesso em 30.11.2008).

²⁴ Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1995.

a consagração do pluralismo democrático, multicultural, “multiperspectivo”, do tratamento histórico das questões consideradas relevantes, sem oferecer critérios convincentes dessa relevância ou examinar os riscos de relativismo que tal posição encerra, cuja conseqüência última seria que somente um metacritério político afinal decidiria entre a narrativa “melhor” (= preocupada com os esquecidos, marginalizados; que enseja aptidão e habilidade a atuar na sociedade de agora em diante em tal direção “positiva”) e a narrativa “pior” (= conservadora, elitista, etc.).

Se os historiados estão de acordo quanto aos fatos – dados, eventos, ‘o que aconteceu’ – mas discordam quanto ao enquadramento gerado pela interpretação ou pela explicação, deve-se simplesmente aceitar que suas narrativas não passam de um jogo de “perspectivas”, em tese igualmente válidas (ou igualmente ficcionais)? Ou será que podemos elaborar alguns recursos para examinar não apenas a pertinência de peças isoladas da montagem historiográfica, mas igualmente da narrativa mesma, em seu conjunto? Esses recursos são possíveis e devem ser buscados, elaborados e convencionados. Nesse sentido, a construção de uma teoria da História não é uma mera questão bizantina para a conversa do cafezinho.

Voltemos ao exemplo dos regimes militares latino-americanos, utilizado antes: é claro ser de relevância incontornável para os historiadores, por razões que não faltam, persistir na busca de incrementar a pertinência da análise e da explicação de tais regimes. Isso é assim porque as explicações da prática repressiva desses regimes consistem também em atribuições de culpa e de responsabilidade ou de absolvição. Tais atribuições desempenharam (desempenham ainda) uma função crucial nas sociedades atuais. Dos julgamentos de crimes de tortura, por exemplo, projetando reputações ao zênite (sobretudo de advogados) e precipitando outras no abismo (sobretudo de protagonistas extraídos do conforto cúmplice de um anonimato muitas vezes ao longo de décadas), passando por reestruturações políticas radicais, para apagar os traços do passado, ou ainda por comemorações públicas ou privadas que

produzem reinterpretações seletivas ou recalques de memória, constata-se que as interpretações do passado não inevitavelmente parte do presente. O mais importante é, por conseguinte, estar cômico dos parâmetros e das pretensões de verdade do sistema universitário de pesquisa histórica, dos modos pelos quais a produção do conhecimento histórico integra um presente sempre em mutação, e também de como a consciência histórica afeta a maneira com que lidamos com o presente e de como ela auxilia a formatar o futuro.

Perspectivas de sentido para a historiografia contemporânea

À guisa de projeção de perspectivas, pode-se sugerir um argumento em oito etapas, sem nenhuma pretensão normativa. Não há receitas absolutas de produção de conhecimento histórico incontestável. Essas etapas não são aqui desenvolvidas, mas apenas estruturadas como uma espécie de rede relacional de referência que sustentaria a narrativa historiográfica, independentemente do assunto que ela trate.

A primeira etapa requereria que se estude e elenque as abordagens da história que a definam como disciplina de investigação metódica e como tributária de perspectivas presentes relativas ao passado, com o cuidado – precário, por certo – de contrabalançar os naturais engajamentos da vida contemporânea.

A segunda etapa deveria levar em conta os debates teóricos referentes à natureza da história, como processo do agir humano no tempo, à luz de divergências antigas (e duradouras) referentes ao caráter da pesquisa histórica (como processo de sistematização reflexiva metodizada sobre a memória da experiência passada).

A terceira etapa lidaria com o que parece ser o desafio mais importante e difícil: o da variedade de tradições, de abordagens ou paradigmas na história. Ao invés de restringir a questão a um mero inventário seqüencial da história das diversas tradições teóricas, buscar-se-ia examinar os modos pelos quais os diversos paradigmas do presente afetam a diversidade das vias de acesso ao passado, assim como explorar os fundamentos

da pletera contemporânea de posições teóricas, algumas das quais mais compatíveis entre si do que outras.

A quarta etapa incluiria a análise das diversas formas (métodos, procedimentos, técnicas) que os historiadores utilizam para investigar o passado, privilegiando determinadas estratégias para superar as defasagens entre as preocupações e os pressupostos atuais, de um lado, e a complexidade da miríade de aspectos do passado, de outro. O foco está nas questões de cunho estritamente metódico, comuns a todos os historiadores, independentemente dos conteúdos de suas convicções próprias, inclusive àqueles que proclamam não possuir nenhuma – referentes às perguntas que dirigem a pesquisa, ao desenvolvimento de quadros conceituais de referência, à “prova” teoricamente resistente, de modo a construir respostas que convençam.

A quinta etapa dedicar-se-ia à construção de argumento que faça da narrativa historiográfica, dentro de um quadro de decifração de questões e enigmas, a expressão do resultado das respostas plausíveis, pois prováveis (e prováveis tanto pela aproximação fundada quanto pela sustentação empírica razoável nas fontes), por recurso a conjuntos de conceitos e instrumentos metódicos mais ou menos abertos a ajustes e modificações. No processo de buscar soluções para os problemas, de elaborar respostas às perguntas, os historiadores podem produzir novas abordagens, construir novas compreensões e enunciar novas teorias.

A sexta etapa reconstruiria tanto os conceitos como as redes com as quais se tenta capturar os traços do passado – o que se pode chamar de ‘efeito tarrafa’, assim como as repercussões desse passado no presente, que se pode chamar de ‘efeito bumerangue’. Ao jogar uma rede determinada sobre uma determinada quantidade, inicialmente indistinta, de indícios do passado, previamente considerados relevantes para o tema estudado, o pesquisador lança mão de uma malha conceitual que retém o que ficou definido como pertinente e deixa escapar o que pareceu irrelevante (‘entulho’, para repetir o termo de Burckhardt). Assim, o problema dos critérios de formação da malha utilizada põe questões teóricas comuns a quaisquer

pesquisadores em história, sob pena de o resultado historiográfico carecer de capacidade demonstrativa e convincente.

A sétima etapa seria o cuidado redacional, estilístico, com o qual o historiador procede, para “amarrar” sua narrativa, de forma organizada e não arbitrária, articulando fragmentos de indícios ou de testemunhos individuais com base em pertinência empírica conceitualmente controlada (por exemplo: com cuidado para evitar anacronismos) de maneira a responder, racional e logicamente, às questões que teoricamente havia formulado ao passado, no momento inicial da pesquisa.

A oitava e última etapa refletiria sobre as diversas maneiras pelas quais pode ser satisfeita a curiosidade (Jörn Rüsen diria: a carência de orientação²⁵) expressa pelas perguntas. Essas maneiras dependem freqüentemente de pressupostos muito mais abrangentes, em nada fundados em base empírica. Em particular, os historiadores e seus públicos divergem amplamente no que toca às pressuposições necessárias para abordar questões como o papel respectivo de estrutura e ação, de forças amplas que coagem e determinam, contrapostas a motivações pessoais, decisões e ações, ou ainda sobre impulsos e emoções de uma psique abscôndita ou de um possível inconsciente coletivo. Dependendo do que se supõe filosoficamente ser a natureza humana e de outras crenças que podem se situar bem além do escopo de um argumento empírico ou racional, os historiadores apelam a tipos de análise muito diferentes, ou se contentam apriori com eles. Mesmo que não se dispunha de meios racionais incontroversos para sustentar a escolha entre as abordagens desse nível, deve ser possível no mínimo esclarecer o que tal escolha acarretou, por meio de crenças amplas ou na ausência delas.

O estilo da escrita e o sentido da escrita estariam assim intimamente ligados. Como as expectativas de historiadores profissionais e dos ‘públicos amplos’ nem sempre coincidem,

²⁵ *Razão Histórica* (2001), p. 30-31 (ver nota 6).

importa refletir sobre como conhecimento selecionado e interpretado do passado é produzido para o presente. Importa abordar as questões da representação, recepção e implicações políticas do nosso conhecimento do passado, no presente.

Essas oito etapas provavelmente não esgotam a amplitude da produção dinâmica da investigação histórica que deságua na historiografia. Mas é de todo razoável pensar que sua presença na investigação histórica e no seu produto narrativo contribui para a solidez dos argumentos e para o caráter convincente das conclusões que ofereça sobre o tema.

Para a historiografia como produto narrativo, argumenta-se que, mesmo se todo conhecimento histórico é inevitavelmente situado, é necessário trabalhar em direção a um entendimento mais complexo dos modos com os quais os relatos históricos são impregnados pelas diversas conotações do tempo presente (inclusive as políticas). Dever-se-ia (mesmo correndo novamente o risco de soar normativo) superar a tendência, não incomum, de analisar as preferências ou os preconceitos de historiadores como fenômenos individuais, singulares.

A pesquisa, a representação e a recepção histórica são empreendimentos coletivos. A conclusão explora o estatuto do conhecimento histórico parcial (em todos os sentidos) como uma parte central de nossas vidas como seres humanos e sociais. Assim como a possibilidade de uma comunicação intersubjetiva entre profissionais do mister historiográfico é decisiva para o controle de qualidade do produto narrativo, tal comunicação deve ser possível entre culturas separadas no tempo (história) tanto quanto – embora de outra forma – a comunicação intersubjetiva entre indivíduos, grupos e espaços sociais diferentes no mundo contemporâneo. Como empreendimento criativo, sócio-político e cultural, a história não está menos exposta às vicissitudes e falhas da comunicação (dificuldades de tradução, inexatidões, indeterminações, ambigüidades e perdas de sentido, distorções não intencionais ou desonestidade pura e simples) do que qualquer outra forma de entendimento mútuo. Disso não decorre, contudo, que na

cacofonia do tempo presente, os ideais não possam ser articulados, padrões enunciados, progressos feitos.

Recebido em dezembro de 2008

Aprovado em março de 2009